



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Eduardo Moretti

1989-1999: os 10 anos de Operações de Paz em Angola

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Eduardo Moretti

1989-1999: os 10 anos de Operações de Paz em Angola

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em **Relações Internacionais**, sob a orientação do Prof. Doutor **Reginaldo Mattar Nasser**

São Paulo
2009

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Flávia de Campos Mello

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser

Agradecimentos

Após dois anos de dedicação para a produção da presente dissertação, é preciso reconhecer que esta não seria realizada sem a colaboração de muitas pessoas. Este é o resultado de um trabalho coletivo. Não poderia, pois, deixar de agradecer àqueles que me auxiliaram no decurso deste trabalho.

Aos meus pais e à minha irmã, que me apoiaram não somente quando da decisão de seguir o mestrado acadêmico, mas também ao longo de todas as etapas deste.

À professora Flávia de Campos Mello, por quem tenho grande consideração, sempre solicita às minhas dúvidas acadêmicas e profissionais.

À Sílvia Paverchi, que me ajudou ao longo da faculdade e do mestrado.

Ao professor e amigo Francisco Moura, com quem pude aprender e aperfeiçoar as técnicas de redação.

Ao professor e orientador Reginaldo Mattar Nasser, que acreditou em minha capacidade acadêmica, aceitando orientar-me, e com quem aprendi muito ao longo da graduação e do mestrado. Para além de professor, um amigo.

Aos amigos, que me incentivaram, cada um a sua maneira, nesse percurso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou este trabalho.

Obrigado!

Resumo

As operações de paz realizadas pela Organização das Nações Unidas em Angola foram consideradas por muitos acadêmicos um fracasso. De 1989 a 1999 foram realizadas quatro missões, que, exceto a primeira, não conseguiram atingir plenamente os objetivos estabelecidos pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e pelos acordos de paz (Nova Iorque, 1988; Bicesse, 1991; Lusaka, 1994). Neste trabalho, pretendemos analisar as razões pelas quais essas metas não foram cumpridas. Partimos da hipótese de que, para além dos motivos internos, é necessário considerar aqueles que lhe são externos – os interesses das potências envolvidas no conflito angolano. Estudaremos especificamente as relações dos Estados Unidos da América com Angola, analisando de que maneira elas podem ter influenciado a condução das missões da ONU.

Palavras-chaves: Operações de Paz, ONU, Política Externa Americana, MPLA e UNITA

Abstract

The United Nations peacekeeping operations in Angola have failed according to many experts. From 1989 to 1999 there were four missions which, except the first one, could not accomplish the objectives established by the resolutions from Security Council and from the peace accords (New York, 1988; Bicesse, 1991; Lusaka, 1994). In this work we intend to analyze the reasons why these goals were not fulfilled. Our hypothesis is that we have not only internal causes, but external as well. As a result we will consider the interests of great powers in Angola's conflict. We will focus the relations between the United States of America and Angola, analyzing how they could have influenced the conduction of the missions of the UN.

Key-words: Peacekeeping, United Nations, U.S. foreign policy, MPLA and UNITA

SUMÁRIO

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1 – As dificuldades de implementação das Operações de Paz da ONU em Angola

Introdução	16
1.1 – UNAVEM I (1988-1991)	19
1.1.1 – Os Acordos de Bicesse	24
1.2 – UNAVEM II (1991-1995)	29
1.2.1 – O protocolo de Lusaka	40
1.3 – UNAVEM III (1995-1997)	46
1.4 – MONUA (1997-1999)	67
Conclusão	83

Capítulo 2 – Política Externa Americana no contexto da crise angolana

Introdução	88
2.1 – A Política Externa Americana e a Guerra Fria	91
2.1.1 – Angola	93
2.2 – A transição da Política Externa Americana	99
2.2.1 – Angola	102
2.3 – A Política Externa Americana e o Pós-Guerra Fria	104
2.3.1 – Angola	110
Conclusão	111

Capítulo 3 - As relações entre Washington e Luanda

Introdução	113
3.1 – O impacto dos atores externos nos conflitos africanos	117
3.2 – Os interesses dos Estados Unidos em Angola	121
3.3 – Conclusão	131
Considerações Finais	132
Bibliografia	137
Anexos	147

Introdução

Angola, país localizado na região subsaariana do continente africano, foi um dos últimos países a conquistar sua independência. Após romper os laços coloniais com Portugal, em 1975, o país passou por um conflito civil que durou até 2002. Neste, três grupos disputavam o poder: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ligado às tendências marxistas; União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada por países de ideologias diversas, como África do Sul, China e EUA; Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), auxiliado pelos EUA e pelo Zaire. No decorrer do conflito, a FNLA dissolve-se, polarizando a disputa entre MPLA e UNITA. A guerra civil encerra-se apenas 27 anos mais tarde, após a morte do líder do grupo de oposição ao governo, MPLA, Jonas Savimbi.

A experiência de colônia vivida por Angola deixou legados ao país: os 15 anos de luta contra Portugal serviram para legitimar determinadas políticas anti-Estado e movimentos guerrilheiros; ademais, os colonos portugueses pouco fizeram no que concerne ao fornecimento de condições para a transição do poder, tendo imposto um padrão de colonização no país que ressaltou as diferenças entre os isolados movimentos de libertação nacional (ZARTMAN & KNUDSEN, 1995:132). Mohammed Ayoob afirma que, sob o aspecto econômico-comercial, as regras coloniais levaram ao retardamento das estruturas econômicas das colônias e que o comércio colonial transferiu os excedentes dos países de terceiro mundo para as metrópoles. Com relação ao aspecto político, ele salienta que a criação das unidades administrativas coloniais pelas potências imperiais desconsiderou as afinidades e lealdades das populações pré-coloniais. Ademais, o uso de múltiplas estruturas “tradicionais” de autoridade para a administração das colônias, dificultou o

desenvolvimento posterior de estruturas modernas, baseadas em princípios de legitimidade racionais (AYOUB, 1995:34-36). Anthony W. Pereira (1994), por sua vez, observa que os limites territoriais de Angola foram traçados pelas potências européias na Conferência de Berlim (1884-85), tornando-a uma nação composta de, pelo menos, nove grandes grupos étnicos – dos quais Bakongo, Mbundu e Ovimbundu compreendem três quartos de toda a população e que possuíam fortes laços com as populações dos países vizinhos.

Após o fim da Segunda Grande Guerra, houve maciça migração de colonos portugueses para a região: estes produziram um regime ditatorial com reduzidas oportunidades econômicas e políticas para os africanos. A população branca passou de 80 mil em 1950 para mais de 170 mil em 1960, chegando a 300 mil, quando se deu a independência do país em 1975 – excetuando-se o caso da África do Sul, somente os colonos franceses estavam em maior número do que os portugueses em Angola, eram 800 mil franceses na Argélia, pouco antes da sua independência em 1962. O aumento do número de portugueses tornou o regime colonial ainda mais excludente, justamente no momento em que os africanos demandavam maior participação política. Angola ficou conhecida também como uma colônia que oferecia poucas oportunidades educacionais – em 1956, apenas um por cento da população em idade escolar freqüentava escola e 97% de sua população acima de 15 anos era analfabeta (PEREIRA, 1994:4-5). Ainda de acordo com Pereira, durante a guerra de independência, o nacionalismo angolano aparecia mais como uma negação ao domínio português do que propriamente um desejo de construir uma nova sociedade, pós-colonial. Além disso, o fato de “não ser português não era suficiente para criar unidade entre aqueles que desejavam independência de Lisboa, e o nacionalismo angolano, poucos anos após 1961 quando começou a resistência armada contra Portugal, dividiu-se em três componentes, que refletiam os diferentes níveis de acesso à educação,

instituições religiosas e oportunidades econômicas que o regime colonial proveu¹” (PEREIRA, 1994:4-7). Após a independência iniciou-se uma guerra civil opondo três grupos: Frente Nacional de Libertação de Angola (F.N.L.A.), que mais tarde foi desfeita; Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que continuaram a guerrear até 2002, quando da morte do líder da UNITA – Jonas Savimbi.

Depois de quase 30 anos de guerra civil, Angola se apresenta como um país de oportunidades para investimentos e negócios. Nos últimos anos tem sido um dos países que mais cresce no mundo, apresentando significativas melhorias em seu quadro macroeconômico. Segundo dados do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto angolano cresceu 18,6% em termos reais no ano de 2006, tendo sido impulsionado pelos aumentos da prospecção de petróleo (em águas profundas) e produção de diamantes – as exportações de petróleo e diamante cresceram 8% e quase 30% respectivamente. A inflação caiu, no mesmo período, de 19% para 12%, e o crédito para o setor privado aumentou mais de 90%, demonstrando a demanda pela construção, transporte e indivíduos². Esse quadro econômico foi possível, em grande medida, graças à relativa estabilidade política alcançada, principalmente, a partir do fim do conflito civil em 2002, embora ainda haja tensões sociais, políticas e desafios a serem superados³.

¹ Tradução livre de: “Not being Portuguese was not enough to create unity among those desiring independence from Lisbon, and only a few years after armed resistance against the Portuguese began in 1961, Angolan nationalism had split into three components that reflected the differential access to education, religious institutions, and economic opportunities that the colonial order provided”.

² Disponível em:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/ANGOLAEXTN/0,,menuPK:322500~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:322490,00.html>> Acesso em: 02 jun. 2008

³ Segundo ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (2007/2008), elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, UNDP, Angola encontra-se na 162ª posição, com 0.446 (índice considerado de baixo desenvolvimento humano), de um total de 177 países analisados. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/>> Acesso em: 02 jun. 2008

A construção de um quadro político relativamente estável e propício ao desenvolvimento econômico do país ganhou propulsão somente a partir do fim do conflito, em 2002, a despeito das quatro operações de paz realizadas entre 1989-1999 no âmbito da ONU, sob a observação de Estados Unidos da América, Rússia e Portugal – a “Troika”. Excetuando-se a primeira (UNAVEM I, 1989/91), as três missões subsequentes (UNAVEM II, 1991/95; UNAVEM III, 1995/97; MONUA, 1997/99) foram consideradas um fracasso pela comunidade internacional. Com relação à segunda operação de paz da ONU em Angola, por exemplo, a própria representante do Secretário-Geral da ONU, Margaret Anstee⁴, citada por Pureza et al. (2007:11), afirmou que

por um lado, a ONU nunca deveria ter aceitado implementar um acordo de paz, uma vez que não participou ativamente na negociação de seus termos e mandato; por outro, não devem ser levadas a cabo missões pelas NU cujo orçamento não inclua os recursos necessários para que elas fossem desempenhadas corretamente.

Ainda de acordo com Pureza et al. (2007:9), a UNAVEM II “fracassou completamente quando, em outubro de 1992, a UNITA se recusou a aceitar os resultados das eleições presidenciais e retomou os combates”. As próprias resoluções da ONU, com exceção daquelas referentes à primeira operação, demonstram as dificuldades e a falta de êxito em muitos dos objetivos traçados pelas operações. As Operações de Paz das Nações Unidas em Angola (1989-1999) se enquadravam em um novo contexto de operações em que havia dois objetivos fundamentais: a prevenção do ressurgimento do conflito e a construção de uma

⁴ ANSTEE, Margaret. **Órfão da Guerra Fria: Radiografia do Processo de Paz Angolano 1992/1993**. Porto: Campo das Letras Editores, 1997.

paz duradoura e auto-sustentada, com o intuito de responder aos déficits político-constitucional, econômico-social e aos traumas psico-sociais (PUREZA et al., 2007; 3).

As Operações realizadas em Angola fazem parte de um contexto de uma nova configuração do Sistema Internacional em que as Nações Unidas apareciam com maior proeminência – momento esse marcado pelo abrandamento das tensões da Guerra Fria, no final da década de 1980, com o fortalecimento do protagonismo do Conselho de Segurança da ONU frente aos desafios da paz e segurança internacional. Com o fim da Guerra Fria passou-se também a considerar a ampliação da definição de ameaças à paz e segurança internacional, que deixaram de estar limitadas à questão da integridade territorial dos Estados: “esse movimento de ampliação incorpora crises humanitárias (geradas por catástrofes naturais ou desrespeito aos direitos humanos), terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa e falência de Estados” (HERZ & HOFFMANN, 2004:116). O descongelamento do processo decisório do Conselho de Segurança, no período do pós-Guerra Fria, possibilitou um aumento substancial das Operações de Paz realizadas sob o comando das Nações Unidas. Se durante a Guerra Fria e a conseqüente imobilidade do Conselho de Segurança, os vetos utilizados pelas superpotências – Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas –, impossibilitavam ou dificultavam a realização das missões de paz; nos anos 90, com o fim da URSS, há o reforço do ativismo do Conselho de Segurança com relação às decisões nos campos da segurança e da paz internacional. De 1948, quando é estabelecida a primeira missão de peacekeeping sob o comando da ONU – United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO), organizada para monitorar o cessar-fogo no Oriente Médio e que perdura até o presente momento – até 1988, quando se tem a instalação do UNIIMOG (United Nations Iran-Irak Military Observer Group), e, no ano seguinte, a queda do muro de Berlim, foram implementadas 15

operações de paz. A partir de então, o ativismo da ONU cresceu, chegando a realizar, até hoje (2008), 48 missões⁵.

É importante salientar, contudo, que não houve completo imobilismo no campo da manutenção da paz por parte das Nações Unidas devido à Resolução n.377 da Assembléia Geral, conhecida como “União para a Manutenção da Paz”, adotada em 03/11/1950. Ainda que o art.12, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas determine que,

enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções a que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembléia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança a solicite,

essa resolução (n.377), ao reconhecer os dois primeiros objetivos da Carta (manutenção da paz e segurança internacionais), estabelece que, quando o Conselho de Segurança (CS) mostrar-se inapto – devido à “ausência de unanimidade entre os membros permanentes” do Conselho de Segurança – para tratar das ameaças à paz, a Assembléia Geral poderá assumir a responsabilidade pela questão⁶. Essa resolução foi criada por iniciativa americana e

⁵ Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/list/list.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2008

⁶ A Resolução n.377 decide que: “em todo o caso onde pareça existir uma ameaça contra a paz, uma ruptura da paz ou um ato de agressão e onde, em razão da ausência de unanimidade entre os membros permanentes, o Conselho de Segurança falte à sua responsabilidade principal para a manutenção da paz e segurança internacionais, a Assembléia Geral examinará imediatamente a questão a fim de dirigir aos membros as recomendações apropriadas sobre as medidas coletivas a serem tomadas, inclusive, caso tratar-se de uma ruptura da paz ou de um ato de agressão, a utilização da força armada em caso de necessidade, para manter ou restabelecer a paz e segurança internacionais. Caso a Assembléia Geral não esteja reunida naquele momento, ela poderá reunir-se em sessão extraordinária de urgência em 24 horas que seguem ao pedido apresentado com este fim. Tal sessão extraordinária de urgência será convocada por solicitação seja do Conselho de

aprovada em 3 de novembro de 1950, no contexto da Guerra da Coréia. Ela possibilitou à Assembléia Geral a adoção de resoluções, por meio da aprovação de dois terços de sua assembléia, no que concerne à paz e segurança internacionais. A única operação de paz sob deliberação e aprovação do CS no período da Guerra Fria foi o envio de tropas da ONU para a Guerra da Coréia na década de 1950, devido à ausência da URSS nas deliberações do Conselho como forma de protesto contra a representação de Taiwan como membro permanente no CS ao invés da China Continental.

A Carta das Nações Unidas, embora não defina claramente, em nenhum de seus capítulos, em que se constituem as operações de paz, possui dois capítulos de suma relevância para a compreensão destas missões. Ainda que o segundo Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, tenha definido que o termo *peacekeeping* pertence ao “capítulo 6,5” da Carta, pois estaria entre os meios tradicionais de resolver disputa (capítulo VI) e os meios de resolução por meio da força (capítulo VII)⁷, há uma certa distinção conceitual das funções de cada operação de paz com embasamento nos capítulos da Carta. O sexto tem servido de base para as operações de *peacekeeping* e o sétimo para as de *peace enforcement*. O primeiro versa sobre a solução pacífica de controvérsias em que as partes em litígio deverão buscar, segundo o artigo 33, a solução por meio da negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais. Caso a controvérsia não seja solucionada, tornando-se ameaça à paz e

Segurança por um voto afirmativo de sete de quaisquer de seus membros, seja pela maioria dos membros da Organização”.

⁷ “The term ‘peacekeeping’ is not found in the United Nations Charter and defies simple definition. Dag Hammarskjöld, the second UN Secretary-General, referred to it as belonging to ‘Chapter Six and a Half’ of the Charter, placing it between traditional methods of resolving disputes peacefully, such as negotiation and mediation under Chapter VI, and more forceful action as authorized under Chapter VII.” Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/>> Acesso em: 31 mai. 2008

segurança internacionais, o artigo 38 permite ao Conselho de Segurança fazer recomendações às partes ou tomar outras medidas, se assim as partes solicitarem. Neste capítulo são tratadas as ameaças à paz em potencial, sendo a cooperação entre as partes em disputa o foco das recomendações. As operações de manutenção⁸ da paz têm como principal função a interposição entre forças hostis, visando estabilizar uma situação e monitorar acordos. Possuem o consentimento do Estado em questão, sendo as forças de paz formadas por Estados neutros ao conflito.

As operações de peacemaking ou peace enforcement fundamentam-se no capítulo VII, não sendo necessário o consentimento das partes. O artigo 42 deste capítulo autoriza o envio de forças aéreas, navais ou terrestres a fim de manter ou re-estabelecer a paz e a segurança internacionais. No sétimo, as decisões do CS são direcionadas contra os agressores, e a cooperação dos outros Estados é essencial na efetivação das medidas tomadas pelo CS.

Com o fim da Guerra Fria, ocorrem mudanças com relação às operações de paz:

o princípio do consentimento das partes é abandonado. A ONU passa a intervir em conflitos ainda em curso ou em situações extremamente voláteis, usando a força em situações que não se limitam à autodefesa. (...) A imparcialidade é redefinida como objetividade em face do mandato (...). A paz negativa, ou seja, a supressão da violência deixa de ser o objetivo primordial e esforços se orientam para a criação de uma paz positiva, ou duradoura. Em vez de se limitar a controlar conflitos, a organização passa

⁸ A primeira “operação de manutenção da paz” foi realizada em 1956 (UNEF – United Nations Emergency Force) com o objetivo de separar forças israelenses e egípcias durante a crise do Canal de Suez, durando 11 anos.

a se dedicar intensamente a resolvê-los (HERZ e HOFFMANN, 2004: 115).

No documento *Uma agenda para a paz*, elaborado pelo então Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 1992, é reconhecida a necessidade de se aumentar o esforço para a garantia do respeito aos direitos humanos, liberdades fundamentais, promoção do desenvolvimento econômico e social sustentáveis e a redução da existência e uso de armas de destruição em massa⁹. Neste também são definidos alguns conceitos de operações de paz: a *preventive diplomacy* tem como objetivo evitar o surgimento de disputas entre as partes e a sua transformação em conflitos ou que estes, se surgirem, não sejam difundidos para outras áreas. A operação de *peacemaking* tem como meta proporcionar o estabelecimento de acordo entre as partes hostis, principalmente pelos meios pacíficos estabelecidos de acordo com o capítulo VI da Carta da ONU. A missão de *peacekeeping* requer a atuação das Nações Unidas no campo, envolvendo civis e militares da organização, necessitando do consentimento das partes, e possibilitando a prevenção do conflito, bem como o “fazer” a paz¹⁰. Se a primeira ocorre antes da eclosão do conflito, as outras duas servem para interrompê-lo, o que possibilitaria, por fim, a quarta dimensão das

⁹ “The sources of conflict and war are pervasive and deep. To reach them will require our utmost effort to enhance respect for human rights and fundamental freedoms, to promote sustainable economic and social development for wider prosperity, to alleviate distress and to curtail the existence and use of massively destructive weapons”.

¹⁰ Em *An Agenda for Peace* (17/06/1992): “*Preventive diplomacy* is action to prevent disputes from arising between parties, to prevent existing disputes from escalating into conflicts and to limit the spread of the latter when they occur. *Peacemaking* is action to bring hostile parties to agreement, essentially through such peaceful means as those foreseen in Chapter VI of the Charter of the United Nations. *Peace-keeping* is the deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. *Peace-keeping* is a technique that expands the possibilities for both the prevention of conflict and the making of peace.” Disponível em: <<http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>> Acesso em: 28 mai. 2008

operações de paz: a operação de *peacebuilding*, referente ao pós-conflito. Esta foi a grande inovação trazida pelo presente documento. A operação de construção da paz visa a impedir a re-emergência do conflito por meio da construção da confiança mútua e reconstrução da sociedade. Isto requer: a retirada de minas terrestre, possibilitando a prática da agricultura; construção da infra-estrutura do país, estradas, portos, meios de transporte; o fortalecimento de instituições democráticas; o re-patriamento de refugiados; o monitoramento de eleições, assegurando a participação popular; a proteção aos direitos humanos; a construção da confiança mútua, entre outros¹¹.

A presente dissertação, embora reconheça haver diferenças de concepção entre as operações de paz realizadas no âmbito da ONU (como demonstrada pelo documento “Uma agenda para a Paz”), não tem como objetivo diferenciá-las ao longo do trabalho. A não delimitação conceitual precisa da missão realizada em Angola se deve, em parte, à mudança na natureza dos conflitos, de interestatal para intra-estatal, e ao aumento do grau de complexidade dessas operações (como, por exemplo, o envolvimento de maior número de atores no conflito e de maior amplitude nos objetivos a serem alcançados), tornando mais difícil a separação do que seria uma missão de manutenção da paz e outra de

¹¹ Em *An Agenda for Peace* (17/06/1992): “Peacemaking and peace-keeping operations, to be truly successful, must come to include comprehensive efforts to identify and support structures which will tend to consolidate peace and advance a sense of confidence and well-being among people. Through agreements ending civil strife, these may include disarming the previously warring parties and the restoration of order, the custody and possible destruction of weapons, repatriating refugees, advisory and training support for security personnel, monitoring elections, advancing efforts to protect human rights, reforming or strengthening governmental institutions and promoting formal and informal processes of political participation. In the aftermath of international war, post-conflict peace-building may take the form of concrete cooperative projects which link two or more countries in a mutually beneficial undertaking that can not only contribute to economic and social development but also enhance the confidence that is so fundamental to peace. (...) Increasingly it is evident that peace-building after civil or international strife must address the serious problem of land mines, many tens of millions of which remain scattered in present or former combat zones. De-mining should be emphasized in the terms of reference of peace-keeping operations and is crucially important in the restoration of activity when peace-building is under way: agriculture cannot be revived without de-mining and the restoration of transport may require the laying of hard surface roads to prevent re-mining.” Disponível em: <<http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>> Acesso em: 28 mai. 2008

imposição ou reconstrução. Nesse sentido, acreditamos que seja necessário compreender as operações de paz como um processo contínuo em que seus objetivos não devem ficar restritos somente, por exemplo, à interposição das partes em conflito ou à realização de eleições, mas à busca da estabilidade política, econômica e social, e conseqüentemente, ao fortalecimento do Estado.

O nosso objetivo é avaliar as Operações de Paz em Angola, durante o período de 1989 a 1999, o qual abrange as quatro missões da ONU: UNAVEM I – 1989/91; UNAVEM II – 1991/95; UNAVEM III – 1995/97; MONUA – 1997/99. Entender os laços comerciais e políticos entre os atores externos e domésticos, principalmente com o MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) e com a UNITA (União pela Total Independência de Angola), ajudarão a compreender em que medida a ação dos primeiros colaboraram para prolongar o conflito. O entrelaçamento entre os planos doméstico, regional e sistêmico deverá permear nosso trabalho, ainda que, por razões metodológicas, o enfoque seja as ações das grandes potências em Angola, notadamente dos EUA¹².

Partimos da hipótese de que as determinações do Conselho de Segurança foram permeadas, em certa medida, pelos interesses comerciais de seus membros, como os dos EUA, o que pode ter influenciado a condução das operações e dificultado a persecução das metas inicialmente estabelecidas pelos acordos de paz celebrados.

Estudar esse caso permite exemplificar, em alguma medida, o jogo de interesses dos atores naquela região. Outro fator relevante para este estudo é a busca por maior conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas por Angola: país que se localiza em um continente no qual a Política Externa Brasileira, nos últimos anos – sobretudo com o

¹² Os EUA eram um dos países observadores, ao lado de Rússia e Portugal, responsáveis pelo monitoramento das operações da ONU.

Governo Lula – tem considerado importante para os objetivos comerciais e políticos de nosso País. Ademais, é preciso considerar os investimentos que têm sido feitos em Angola por empresas brasileiras como a Odebrecht e Petrobrás no setor de construção civil, exploração de petróleo e mineração. Em entrevista ao Jornal do Tocantins, em 2003, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que:

Angola é um país muito rico. Nós já temos presença tradicional na área de petróleo e queremos mantê-la e desenvolvê-la, se for possível. Temos também participação expressiva na área da construção civil - empresas brasileiras tiveram importante papel na construção de barragens, principalmente, e na mineração de diamantes, mas acho que devemos diversificar essa presença. Uma coisa interessante em Angola é que muitas empresas brasileiras, de pequeno e médio porte, já estão estabelecidas.¹³

No jornal Folha de São Paulo de 25/05/2003, Amorim reafirma:

Após décadas de uma sangrenta guerra civil que devastou o país, Angola vive um novo capítulo de paz e reconciliação nacional. Nas conversas que lá mantive, foi recordado o significativo fato de ter sido o Brasil o primeiro país a reconhecer o governo angolano, bem como o papel desempenhado pelo embaixador Ovídio de Andrade Melo nos primeiros

¹³ Disponível em: < <http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=51431> > Acesso em: 29 mai. 2008

momentos do relacionamento bilateral. Angola passa hoje por um processo de reconstrução de infra-estrutura, em que a participação de sócios estrangeiros é vista como essencial. Há um número importante de empresários brasileiros em Angola. Suas reivindicações por representação bancária do Brasil em Luanda e por conexão aérea assegurada por companhia brasileira encontram eco junto a nossos colegas africanos e merecem nossa atenção.

Segundo Amado Cervo (2008:295-296):

a política africana de Luiz Inácio Lula da Silva envolve forte pensamento político e ações concretas, como visitas de alto nível, acordos firmados e aumento de negócios (...). No âmbito das relações econômicas e comerciais, existem por certo obstáculos a superar ou dirimir nas relações entre Brasil e África, como o tamanho desigual das economias, a falta de conhecimento mútuo e de mecanismos de estímulo ao comércio bilateral, além da escassez de crédito à exportação.

Este país, segundo maior produtor de petróleo do continente africano, apresenta-se como fonte de oportunidades ao setor governamental e privado brasileiros, não devendo, pois, ser negligenciado pelos acadêmicos e atores políticos e econômicos brasileiros.

No Brasil, são raras as pesquisas feitas sobre o assunto. Dentre as teses defendidas no Brasil, encontramos a de Tatiana Vargas Maia¹⁴, “A intervenção das Nações Unidas em

¹⁴ MAIA, Tatiana Vargas. **A intervenção das Nações Unidas em Angola (1988-1999)**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

Angola (1988-1999)”, que descreve e avalia a presença da ONU em Angola. Sua tese buscou abranger as quatro operações da ONU: UNAVEM I, II e III e MONUA. A autora utilizou como metodologia a análise das resoluções do CS e relatórios elaborados pelo Secretário-Geral. Outra tese publicada que aborda o caso angolano é a de Dileine Amaral da Cunha¹⁵, “Os diamantes de conflito da África Subsaariana e o processo de Kimberley”. Esta, partindo dos casos de Angola, Serra Leoa e República Democrática do Congo, estuda em que medida a presença de diamantes influencia o conflito civil, como fonte de financiamento para a ação dos grupos rebeldes e, conseqüentemente, para a continuação da guerra. O papel dos atores externos, os quais compram esse recurso natural, é importante no desenrolar da guerra civil, uma vez que o comércio desse diamante financiará a guerra e as violações de direitos humanos.

A nossa proposta de pesquisa, por sua vez, centrará sua análise nas Operações de Paz realizadas em Angola, buscando demonstrar a influência das potências globais, como os EUA, no desenrolar das missões e elucidar as causas de seu fracasso em realizar as medidas propostas pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e pelos acordos de paz firmados. Nossos estudos considerarão a evolução comercial entre Angola e EUA, sobretudo no que se refere ao petróleo (principal produto de exportação de Luanda) a fim de compreender o jogo político-econômico acerca das missões realizadas em Angola. Serão abordadas ao longo do trabalho questões que consideramos centrais para a construção da estabilidade política-econômica neste país: realização de eleições nacionais; distribuição de recursos naturais entre os atores internos (petróleo e diamante); alocação das minas

¹⁵ CUNHA, Dileine A. **Os diamantes de conflito da África Subsaariana e o processo de Kimberley**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, 2004.

terrestres e (in)viabilização da agricultura e da livre circulação de pessoas; desmilitarização da MPLA e UNITA, bem como a constituição das Forças Armadas Angolanas (FAA).

A fim de atingir nossos objetivos, analisaremos, por meio de relatórios das Nações Unidas e de organizações não-governamentais (sobretudo Human Rights Watch e Amnesty International), em que medida os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Segurança e pelos acordos acerca da resolução do conflito em Angola (Acordos de Nova York em 1988; Acordo de Bicesse em 1991; Protocolo de Lusaka em 1994) foram cumpridos.

No primeiro capítulo, analisaremos as operações de paz realizadas pela ONU: UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III e MONUA. Estudaremos os objetivos propostos por cada uma delas e os resultados a que chegaram, visando elucidar as dificuldades de concepção, organização e implementação por que passaram as missões. No segundo capítulo, faremos um estudo, ainda que breve, da política externa americana a fim de ver como ela se posicionou frente à questão angolana antes e depois da Guerra Fria. No terceiro capítulo, consideraremos a evolução das relações comerciais entre Angola e EUA, a fim de verificar se é possível estabelecer um paralelo com as posições tomadas pelo Conselho, uma vez que parece haver certa inflexão da postura deste com relação aos atores em combate (MPLA e UNITA) ao mesmo tempo em que se aprofundam as relações comerciais de Luanda e Washington. Na conclusão, desejamos fazer um balanço geral dos capítulos, buscando demonstrar em que medida os interesses externos, para além das dificuldades internas, podem ter contribuído para o fracasso da realização plena dos objetivos da operação de paz em Angola.